

LAÇOS CATIVOS: a família escrava em Santo Antônio de Jesus 1871-1888

Eliete Marques dos Santosⁱ

RESUMO: Este trabalho busca identificar as relações familiares que se estabeleceram entre escravos e libertos em Santo Antônio de Jesus, no período de 1871-1888. Dando uma maior ênfase para as relações familiares entre cativos. O objetivo da pesquisa é perceber as mudanças e permanências que se processaram no período, procurando problematizar as dificuldades enfrentadas pelos cativos, para criarem relações de solidariedade entre se e quais estratégias empreendidas por esses escravizados para manterem sólidas essas relações. Isso, através de evidências encontradas nos documentos e também com base em autores que abordam a temática da família escrava.

Palavras- chaves: Escravidão, organização familiar, sociabilidades.

As várias formas de organização familiar no Brasil

O estudo sobre família, à primeira vista parece ser algo muito simples. Entretanto, a dificuldade em fazer uma abordagem sobre a família escrava tem muito a ver com seu caráter dinâmico e histórico e com a diversidade dos padrões familiares encontrados em diferentes sociedades e culturas.

Os estudos costumam discutir se a família é um fenômeno natural, biológico ou uma instituição cultura e social. Mas as ciências sociais assumem a postura que compreende a família como um fenômeno que ultrapassa a esfera biológica e ganha significados culturais, sociais e históricos.

Além disso, qualquer definição de família deve se precaver para não tomar o modelo de família vigente na sua própria sociedade como o “normal” e considerar os outros tipos “patológicos” ou de menor importância. Assim, na definição podem estar embutidas visões preconceituosas e ideológicas acerca do que “deve ser uma família”. Por último, é fundamental compreender que uma mesma família pode tomar diversas formas ao longo de sua existência, dependendo de muitos fatores, como morte de seus membros, migração, novos matrimônios, separação e uma infinidade de situações relativas à história pessoal dos indivíduos que a compõem.

Para Sheila de Castro Fariaⁱⁱ, ao estuda-se sobre família, deve-se, antes de qualquer coisa, fazer uma ressalva sobre o conceito de família. Atualmente, no vocabulário erudito ocidental, o termo, num sentido restrito, ligado às relações biológicas, com ênfase no trinômio pai, mãe e filhos, e vinculado à coabitação. No entanto, outra constatação é a diversidade de tipos ou composição das famílias. Em relação ao Ocidente cristão, inexistiu um sistema familiar único. A diversidade caracterizou a história da família ocidental, embora alguns traços comuns possam ser identificados.

Antes da década de 1950, os estudos sobre a família restringiam-se a análises genealógicas, quase sempre de grupos de elite. Porém, a vida familiar da grande massa da população não era contemplada. Foi a partir do desenvolvimento da demografia histórica, basicamente francesa, na década de 1950, com a utilização dos registros de batizado, casamento e óbito, e a criação de técnica de reconstituição de famílias, que os primeiros resultados surgiramⁱⁱⁱ.

No Brasil, uma primeira incursão sobre o estudo da família seria mais tradicional, na qual Gilberto Freyre^{iv} generalizou para todo o Brasil e para a massa escrava, uma interpretação calcada apenas no nordeste canavieiro e no escravo doméstico.

Segundo a historiadora Suely de Queiróz, o sociólogo Gilberto Freyre preocupado, como os de sua geração, com a questão da raça e atento à intensa miscigenação ocorrida no país, Freyre buscou explicar-lhes o significado, concebendo uma sociedade de tipo paternalista, onde as relações de caráter pessoal assumiam vital importância. A família patriarcal foi à base do sistema: resultante da transplantação e adaptação da família portuguesa ao ambiente colonial brasileiro constituía uma vasta e hierárquica rede de parentesco, uma “ordem privada” impermeável a formas públicas de organização e controle.^v

A nova historiografia brasileira apresenta um novo redimensionamento das reflexões associado à incorporação das questões apresentadas pelos historiadores da história social, que apontam para a perspectiva de que, apesar de todos os mecanismos de dominação e exploração, homens e mulheres são agentes de sua própria história e cultura. Neste sentido, a cultura é reinterpretada do ponto de vista de suas transformações, os grupos sociais são vistos como redes interligadas entre si, as identidades são repensadas como construídas (e até inventadas) e a vida cotidiana é analisada a partir de diferentes perspectivas (os laços familiares, a vadiagem, a festa, a sexualidade, o trabalho), etc.

Neste contexto, contribuições importantes têm sido oferecidas pela história social e do cotidiano. Interessada na recuperação do processo histórico, a abordagem social tem colocado à disposição dos historiadores o arsenal teórico que tem balizado os novos estudos, propiciando uma renovação do conhecimento histórico da sociedade brasileira.

Dentre a variedade de questões que têm chamado a atenção dos historiadores interessados na problemática da escravidão e sua superação no Novo Mundo, algumas têm sido ressaltadas constantemente, afirmando-se como pontos centrais das discussões. Conceitos como os de resistência e autonomia entre escravos têm sido reiteradamente apontados como núcleos centrais para a reconstituição de uma história preocupada em revestir as perspectivas tradicionais e integrar os grupos escravos em seus comportamentos históricos, como agentes efetivamente transformadores dos mecanismos de dominação escravista.

Nas análises historiográficas sobre a família no Brasil, podemos observar que a família sempre dava aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na classificação social dos indivíduos. A identificação de uma pessoa era sempre com um grupo mais amplo. O termo “família” apareceu sempre ligado a elementos que extrapolavam os limites da consangüinidade – entrelaçava-se entre à coabitação e a parentela, incluindo relações rituais e de aliança política.^{vi}

Na concepção de Mariza Corrêa, na organização da família no Brasil a mais definida é a “família patriarcal”, esse modelo de organização se instala principalmente nas regiões de grandes propriedades agrárias: engenhos de açúcar, fazendas de criação ou plantação de café. A extensão desse tipo de família agregava parentes legítimos e/ou ilegítimos. Porém, a sua decadência se dá com a industrialização e a ruína das grandes propriedades, sendo então substituída pela “família conjugal moderna” ou ainda, família nuclear, reduzida ao casal e seus filhos.

Mariza Corrêa ressalta que a família patriarcal é o modelo utilizado tradicionalmente como parâmetro, os outros modelos de organização familiar aparecem como algo que não merece atenção. Esse modelo de família patriarcal se impõe como o certo, o mais adequado e o único a ser seguido. Porém, os escravos que faziam parte dessa população da casa-grande são excluídos. A autora não nega a existência da família patriarcal nem a sua importância, mas ressalta que a mesma não existiu sozinha. Mariza Corrêa aponta para a coexistência, dentro do mesmo espaço social, de várias formas de organização familiar.^{vii}

Em seu artigo “Viver e morrer no meio dos seus”, Maria Inês Côrtes de Oliveira aponta que uma das formas dos escravos criarem laços familiares entre si era de acordo com a nação a qual cada um pertencia. Os grupos construídos entre os escravos com base nos “laços de nação” foi uma característica da organização das comunidades africanas em quase toda América. Especificamente na Bahia, a maioria dos nomes étnicos dados aos grupos africanos se transformaram em critérios elaboradores de alianças grupais e organizadores das estratégias matrimoniais e da vida religiosa, redefinindo assim as relações entre os diversos grupos africanos.^{viii}

Côrtes de Oliveira observa que para alguns escravos existiu a possibilidade de manter relações com membros de suas famílias que também vieram da África, preservando vínculos anteriores. Porém, a maioria dos africanos foi forçada a refazer todas as suas relações e estas teriam como ponto de partida seus “parentes de nação” que passariam a lhe dar apoio e a proteção antes dados pela família.

Além disso, a utilização de formas de parentesco ritual foi uma das soluções encontradas pelos africanos ao longo do seu processo de ressocialização para substituir os vínculos familiares desfeitos com o cativo. As irmandades religiosas, as famílias de santo e o compadrio foram formas encontradas pelos escravos para manter uma rede de apoio e proteção para eles e os filhos.

Stuart Schwartz, afirma que os escravos procuravam criar formas sociais e culturais que lhe proporcionasse apoio e consolo, na vida tão miserável que viviam. Schwartz argumenta que “a formação da família, em especial através do sacramento do matrimônio, e o nascimento espiritual do indivíduo pelo sacramento do batismo eram dois momentos de extrema importância para qualquer habitante do Brasil - colônia.”^{ix}

Para Robert Slenes, são três coisas importantes que o escravo conseguia ao casar-se: a casa, o fogo e a roça. Ao casar-se, o escravo ganhava um espaço melhor e o escravo que tinha choça separada podia ter fogo. O escravo que tinha fogo em casa tinha formas de suplementar a sua dieta, com peixes e animais que apanhavam além das rações que recebia do senhor. O autor menciona que a vida em família, dava mais sustentação para os escravos enfrentarem a vida dura em cativo; pois “a família escrava provavelmente ajudou muitos cativos a conservar sua identidade e a lidar eficazmente com as pressões psicológicas da escravidão.”^x

Supomos ainda que a criação de laços familiares desse aos cativos uma maior sustentabilidade emocional e material para enfrentarem a miserável vida de exploração. E quando livre, essas redes de sociabilidades continuavam fazendo parte da vida dos libertos e também era uma forma de organização social entre eles.

A Freguesia, Vila e Cidade de Santo Antônio De Jesus.

Duas correntes colonizadoras povoaram as terras do município de Santo Antônio de Jesus, que foram ocupadas entre os séculos XVII e XVIII. Foram fatores decisivos no povoamento destas excelentes e férteis matas, com valiosas madeiras de lei, o grande número de cursos d'água, atraindo a plantação da cana-de-açúcar com o estabelecimento de pequenos engenhos.^{xi}

Em torno da capela, no local em que hoje se encontra a Praça Padre Mateus, antiga da Matriz, surgiu o arruamento inicial, por meio tempo chamado e conhecido como a “Capela do Padre Mateus”, ou a “Capela de Santo Antônio” ou, ainda, a “Capela de Santo Antônio de Jesus”, a cuja expansão se deve a atual cidade que conservou o nome do santo católico.^{xii}

Em 19 de junho de 1852, a Lei n 448, sancionada pelo Vice-Presidente da Província, Álvaro Tibério de Moncarvo Lima, elevou à categoria de Matriz a Capela de Santo Antônio de Jesus, desmembrando-a, ao mesmo tempo, da Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré. A extensão de Santo Antônio de Jesus envolvia os atuais municípios de São Miguel das Matas, parte de Laje, Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira, Conceição do Almeida e Aratuípe.^{xiii}

Engenho de tamanho médio deve ter sido o denominado “*Palmeira*”, pois a sua fábrica de açúcar estava situada afastada da casa grande e possuía boas dimensões. Na sua casa grande aparece uma novidade; andar térreo, dela apresenta uma casa com três varandas de três lados dela, na documentação pesquisada aparecem o nome de mais dois engenhos, um se chamava *Bonfim* e o outro *Sapucaia*, portanto havia outros engenhos, além dos já citados. Na Freguesia de Santo Antônio de Jesus, apenas na segunda metade do século XIX aumentou o plantio de cana-de-açúcar, quando em outras freguesias, neste tempo, já começava a desaparecer; e ainda se plantava nessa freguesia.^{xiv}

Porém, como já foi mencionado, na Vila de Santo Antônio de Jesus, nosso local de estudo, havia o cultivo de cana- de -açúcar, fumo, mandioca e outros gêneros alimentícios. Predominava nesse local as pequenas e médias propriedades, mas existia também a grande

propriedade, só que em pequeno número. A historiadora Ana Maria Oliveira, afirma que Santo Antônio de Jesus possuía uma agricultura de subsistência pertencente à zona do Recôncavo Sul, produtores de farinha de mandioca e café, que abasteciam a população local e os mercados da praça comercial de Salvador.^{xv}

Também é importante ressaltar que em 7 de setembro de 1880, foi inaugurada a estrada de ferro que ligava Nazaré a Santo Antônio de Jesus. O Tram Road partia de Nazaré, percorria sete léguas até Santo Antônio de Jesus. Com a chegada da estrada de ferro, houve um crescimento da população. Esse crescimento foi provocado por inúmeras famílias que saíam da roça para viverem na cidade, e também da chegada de pessoas fugindo da seca e da falta de trabalho em outros lugares. Com a chegada da estrada de ferro, a Vila de Santo Antônio de Jesus tornava-se um importante ponto de chegada e partida para as terras do “Sertão de Baixo”. Era comum ver os senhores proprietários seguindo em direção a Nazaré para buscar os negros escravos, vindos de Salvador, para o trabalho braçal nas lavouras canavieiras e nas plantações de mandioca ou fumo, além de servirem também ao trabalho doméstico.^{xvi}

Santo Antônio de Jesus fazia parte da comarca de Nazaré. O processo de autonomia política do atual município se deu da seguinte forma: ele foi freguesia em 1852; tornou-se Vila em 1880 ao ser desmembrado de Nazaré e, posteriormente, elevado à cidade, em 1891.

Em sua obra, “Recôncavo Sul”, a historiadora Ana Maria Oliveira define as diferenças entre Vila e Freguesia e seus respectivos atributos. As freguesias e as vilas, como modalidades de organização especialmente administrativa, permaneceram com maior ou menor freqüência no Brasil até o estabelecimento do regime republicano em 1889. As freguesias caracterizavam-se pela autonomia religiosa; as vilas definiam-se pela autonomia político-administrativa, considerando-se a instalação das Câmaras Municipais nas mesmas.^{xvii}

Oliveira também informa que entre 1860 – 1890 ocorreram mais um período de depressão econômica, ao mesmo tempo em que a transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre atinge o seu ápice dentro do processo de modernização que envolvia a sociedade baiana. É nesse contexto econômico instável do século XIX que estudamos a organização familiar dos cativos em Santo Antônio de Jesus.^{xviii}

Este estudo vem contribuir de forma significativa para os estudos de trajetórias de afrodescendentes, como também para os estudos e pesquisas regionais, devido à busca pelas

particularidades que acabam sendo ocultadas sobre a escravidão em Santo Antônio de Jesus, e que é desconhecida pelos próprios habitantes da mesma. Além de desmistificar pensamentos preconceituosos sobre a família escrava e outras relações que se estabeleceram entre cativos e libertos.

A vida familiar e a convivência entre parentes foram grandes motivos que fizeram os escravos lutarem, negociarem e também se rebelarem contra seus senhores para que não fossem apartados para longe de familiares e parentes, pois as várias formas sociais e de afetividades criadas entre os escravos eram sem dúvida um consolo para vida tão hostil que enfrentavam. No entanto, como menciona Schwartz, para os escravos era importante não só as uniões legitimadas pela igreja, como também a unidade familiar consensual vivenciada entre eles. É importante o estudo sobre o tema porque durante muito tempo a família escrava foi considerada praticamente inexistente.

Muitos foram os problemas enfrentados para a formação da família escrava: as normas legais e tradicionais do casamento, a vida em cativeiro, casais que pertenciam a senhores diferentes. Schwartz aponta que a separação dos cônjuges por venda, ou outra razão qualquer, era condenada como uma ofensa à caridade e à lei natural. Enquanto os cativos permanecessem com suas uniões não sancionadas pela Igreja, tais restrições não podiam ser aplicadas com eficácia. Esse talvez fosse um dos motivos para os senhores não se interessarem pelo casamento dos cativos.

O compadrio também fazia parte do universo do escravo, pois criava uma série de laços de parentesco espiritual entre o afilhado ou afilhada e seu padrinho e madrinha. Os cativos baianos e do Recôncavo podiam ter uma pessoa livre como responsável espiritual, ou seja, alguém que pudesse cuidar desses escravos e protegê-los de alguma forma. O batismo representava igualdade, humanidade e libertação do pecado. Entre os escravos, outros escravos, livres ou proprietários de outros cativos serviam-lhe de padrinho. Sendo assim, o compadrio fazia parte da rede de parentesco do escravo. O compadrio pode ter sido encarado pelos cativos como uma forma de prover um parentesco simbólico às pessoas que necessitavam imensamente de algum tipo de família.

Embora os casamentos com pessoas de fora da propriedade fossem raros, os escravos eram capazes de expandir seus laços de parentesco para além desse limite, por meio do compadrio. Percebe-se então, a importância do compadrio para o escravo.

Além disso, a utilização de formas de parentesco ritual foi uma das soluções encontradas pelos africanos ao longo de seu processo de ressocialização para substituir os vínculos familiares desfeitos com o cativo. Paralelamente às irmandades religiosas e às famílias de santo, organizadas nas comunidades dos terreiros, os africanos valeram-se também do compadrio como mais uma instituição destinada a fortalecer os laços que os ligavam aos membros de sua comunidade e permitiam tecer redes de proteção e apoio para os seus filhos.^{xix}

A formação das relações de compadrio no âmbito vida familiar e espiritual, assim como tudo o mais na escravidão, refletia as relações essenciais de poder dentro de toda a sociedade e de toda a economia. A vida vivida, as escolhas feitas eram continuamente moldadas e restringidas pela penetração e pelo poder do sistema social e econômico predominante, e não poder ser entendidas sem menção a ele.

Sendo assim, apesar das muitas dificuldades, foi contando com a solidariedade de parentes e familiares que muitos homens, mulheres e crianças conseguiram conquistar a liberdade.

ⁱ Aluna do Programa de Pós-graduação em História Regional e Local – da Universidade do Estado da Bahia- UNEB – Campus V Santo Antônio de Jesus, e-mail: elietemutipe@hotmail.com.

ⁱⁱ FARIA, Sheila de Castro. *História da Família e Demografia Histórica*. In. FLAMARION, Ciro. VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1997, p. 241.

ⁱⁱⁱ FARIA, Sheila de Castro. *História da Família e Demografia Histórica*. In. FLAMARION, Ciro. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1997, p. 244.

^{iv} FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

^v QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em debate*. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. P. 104

^{vi} FARIA, Sheila de Castro. *História da Família e Demografia Histórica*. In. FLAMARION, Ciro. VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1997, p. 257.

^{vii} CORRÊA, Mariza. *Repensando a família patriarcal brasileira*. Cad. Pesq., São Paulo, n. 37 (maio 1981), pp. 5-16.

^{viii} OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades de africanos do século XIX*. Revista da USP, n. 28, p. 175 dez./fev. 1995/1996.

^{ix} SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. 1988. p. 310

^x SLENES, W. Robert. *Na senzala uma flor*. 1976, p. 180.

^{xi} Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE, vol. xxi. Rio de Janeiro, 1958. p. 304

^{xii} Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. *Op Cit.*. Antiga Igreja Matriz p. 305

^{xiii} Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. *Op Cit.*. p. 307

^{xiv} Registro de terras de Nazaré, 1857. p.82

^{xv} OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. Salvador, BA: UNEB, 2002. p. 17

^{xvi} COSTA, Alex Andrade. *Ordem e Desordem no Interior Baiano: Ideais de civilização em Santo Antônio de Jesus 1890-1920*. Monografia do Curso de Especialização em História. Estação Ferroviária de 1880-1971). Regional – UNEB / Campus V, 2004 p. 21

^{xvii} OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. p111.

^{xviii} OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. *Recôncavo Sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. Salvador, BA: UNEB, 2002. p.19

^{xix} OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. “*Viver e morrer no meio dos seus*”. 1989.p. 185